

# Memória, trabalho e cidade: contribuições para o debate contemporâneo sobre o lugar da classe trabalhadora

Memory, work and the city: contributions to the contemporary debate about the place of the working class

Aline Cristina Fortunato Cruvinel\*; Cláudio Rezende Ribeiro\*\*

## Resumo

Este artigo traz um debate acerca da memória e do direito à cidade como meios de identificar conflitos e contradições presentes na história urbana e no modo de produção capitalista através de uma leitura articulada da realidade da classe trabalhadora, vislumbrando caminhos para compreender e enfrentar suas transformações no cenário contemporâneo. São questionados os consensos historicamente estabelecidos por tradições hegemônicas que camuflam os conflitos que permeiam a trajetória da classe e a produção do espaço. Para isso, retomase o processo de consolidação do patrimônio industrial a partir de 1950 até sua difusão no Brasil e no Rio de Janeiro nas últimas décadas, analisando o lugar ocupado pelo trabalhador nesse processo. São trazidos cenários da memória operária carioca que demonstram o apagamento, a pluralidade e a complexidade da classe. Por fim, apresenta-se o exemplo de Bangu, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, através de diferentes perfis de trabalhadores e de sua relação com o patrimônio e a memória.

Palavras-chave: Urbanismo; Memória; Classe trabalhadora

## Abstract

This paper brings a debate about memory and the right to the city as means to identify conflicts and contradictions in urban history and in the capitalist mode of production through an articulated reading of the reality of the working class, envisioning ways to understand and face its transformations in the contemporary scenario. The consensus historically established by hegemonic traditions that have camouflaged conflicts in the working-class trajectory and in the production of space are questioned. To this end, the consolidation of the industrial heritage as a field is resumed from the 1950s until its diffusion in Brazil and Rio de Janeiro in recent decades, analyzing the place occupied by the worker in this process. Scenes from the working-class memory of Rio are shown to demonstrate the erasure, plurality and complexity of the class. Finally, we present the example of Bangu, a neighborhood in the west of Rio de Janeiro, through different profiles of workers and their relation with heritage and memory.

Keywords: Urbanism; Memory; Working class.

\* Arquiteta e urbanista formada pela Universidade de São Paulo (2010-2016) e pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (2013-2014, Ciência Sem Fronteiras/CAPES). Mestre em Urbanismo no PROURB/UFRJ, com pesquisa financiada pela CAPES e pelo Programa Bolsa Nota 10, da FAPERJ. Atua em pesquisas sobre patrimônio cultural e memória operária na cidade do Rio de Janeiro.

\*\* Doutor em Urbanismo. Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, onde atua no Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR) e no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB). Participa do Laboratório de Direito e Urbanismo (LADU) e do Coletivo de Pesquisa Urbanismo e Periferia (PERIFAU).

## Introdução

O mundo do trabalho tem acumulado inúmeras transformações no avançar do século XXI. Insegurança e frequentes alterações jurídicas configuram verdadeiras metamorfoses do emprego, que se mostra cada vez mais precarizado através de perdas, inclusive, no campo do direito trabalhista. A crescente preponderância do setor de serviços se apoia na conjugação da informatização com a informalização (ANTUNES, 2015, p. 25), com sua consequente pulverização das formas tradicionais de organização da classe trabalhadora. Estas mudanças estão em plena aceleração e podem ser consideradas ao mesmo tempo sintoma e consequência da intensificação da crise do modo capitalista de produção, e compreendê-las torna-se cada vez mais complexo.

O modo incessantemente veloz e atomizado como surge novas concretudes, que aparecem desarticuladas no cenário contemporâneo, cria uma ilusão de fragmentação social que tem mascarado a possibilidade de busca pela totalidade dos acontecimentos e se coloca como uma dificuldade para o enfrentamento rigoroso das mudanças no mundo do trabalho.

Esta aparente parcelaridade deve ser constantemente questionada pela crítica marxista, na tentativa de resgatar a essência do problema concreto, superando as noções da aparência ditadas pelo senso comum, recuperando e atualizando uma série de contradições e conflitos inerentes a esse processo. A tarefa, entretanto, não é fácil e tampouco deve ser encarada como uma procura por um caminho único de revelação imediato da totalidade.

Um primeiro e fundamental passo é reconhecer e identificar maneiras através das quais os problemas relacionados ao mundo do trabalho se fragmentam. O problema da fragmentação, por si só, não é recente, mas adquire maior vulto com a intensificação do modo capitalista de produção. Para enfrentá-lo, é importante estabelecer um diálogo com campos que tentam resgatar essa unidade de contradições a fim de promover um caminho metodológico capaz de originar maneiras adequadas de identificação e aproximação da expressão contemporânea de questões que precisam ser enfrentadas.

Para contribuir com a construção de novas perguntas que ajudem a resgatar a busca pela totalidade das transformações concretas, neste artigo será utilizado um cruzamento de alguns campos do saber que tradicionalmente enfrentam problemas relacionados à parcelaridade e sua reconstrução, mas que não costumam ser relacionados diretamente com o mundo do trabalho. Em primeiro lugar, os estudos referentes à memória, aqueles oriundos dos debates relativos à construção da noção de patrimônio histórico e cultural<sup>1</sup>, possuem uma

---

<sup>1</sup> A trajetória do patrimônio histórico ao longo da história, desde o século XVII até hoje, é repleta de contradições oriundas das diferentes origens e trajetórias das políticas de preservação da memória e construção de identidade nacional. A atribuição de patrimônio cultural guarda relações com a ampliação de seus significados conjugados com o crescimento da importância da “cultura”, reforçadas pela Carta de Veneza da Unesco, mas também pelo contexto de um capitalismo espetacularizado. Utilizaremos, portanto, “patrimônio histórico” quando estivermos nos referindo às origens de sua existência, e patrimônio histórico e cultural quando a referência for a momentos

tradição que auxilia a criar contrastes capazes de revelar situações ocultas, permitindo que sejam trazidas à tona pela crítica. A memória relacionada ao mundo do trabalho apresenta-se como uma necessidade para a construção de um entendimento mais complexo e rigoroso das alterações do presente. Em segundo lugar, os estudos relacionados ao direito à cidade, que exigem, cada vez mais, uma articulação com as alterações das condições de trabalho de quem habita o mundo urbano e, sobretudo, com a memória destas transformações.

A procura de novos lugares de interrogação sobre a trajetória do mundo do trabalho, isto é, sobre o percurso histórico que a classe trabalhadora realiza, justifica-se por inúmeras razões, mas ganha destaque a necessidade de trazer à tona a visibilidade da classe diante de tantas decretações já realizadas a respeito de seu desaparecimento. As alterações na produção criam inúmeros véus sobre o trabalho, o que facilita as metamorfoses de sua existência a favor do capital. Traçar as marcas deixadas pela classe trabalhadora no espaço, isto é, compreender como sua memória se inscreve na história da cidade, parece uma forma necessária de procura por elementos que resgatem a história de sua materialidade, assim como do seu presente.

Portanto, pensar a memória significa reconhecer que ela também está inserida em inúmeras mudanças, disputas e lutas. A memória do mundo do trabalho possui sua história específica, suas transformações e suas rupturas; e as formas de sua transmissão tornam-se elementos-chave da produção de hegemonia e dominação da classe dominante. É imperioso reconhecer que o exercício da lembrança deve ser realizado a partir de uma reflexão dialética que incorpora a noção de luta de classes em seu desenvolvimento.

O estudo das questões relativas à memória do mundo do trabalho deve ser encarado como um lugar possível de contribuição para a reflexão acerca das mudanças presentes. Dentro do campo de estudo da memória, há uma miríade de implicações relativas à construção social de tradições que se articulam em pesquisas relacionadas ao mundo da cultura, patrimônio histórico, restauro, identidade, etc.

Este campo voltado para os estudos culturais, entretanto, auxilia a pensar como as contradições entre capital e trabalho se articulam com a memória, por exemplo, ao revelar as disputas em torno da conformação do patrimônio histórico e cultural, incluindo sua forma de transmissão, como aponta a famosa passagem de Benjamin:

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, *apud* LOWY, 2005, p. 70)<sup>2</sup>

---

mais avançados de sua história, ou seja, para fins deste artigo, considerado do início do século XX em diante.

<sup>2</sup> Utiliza-se aqui esta versão do texto de Benjamin, que está transcrito integralmente na obra referenciada de Lowy, por acreditar que sua tradução atualizada traz melhores condições de apropriação do pensamento daquele filósofo.

A memória do mundo do trabalho deve ser considerada a partir de uma dialética que possa diferenciar a memória do trabalho daquela do capital. Vale lembrar que uma das formas mais tradicionais de organização da memória coletiva conformou-se, sobretudo, no contexto do surgimento dos estados nacionais burgueses: o patrimônio histórico desenvolve-se como uma ferramenta de construção oficial de paisagens consensuais de celebração nacional.

Uma das consequências deste processo de conformação oficial da memória é a produção de uma paisagem urbana pouco afeita às disputas, espaços onde a classe trabalhadora não reconhece sua história, suas derrotas e vitórias. A configuração da memória no tecido urbano conforma, assim, uma cidade cuja leitura histórica não privilegia a existência de conflitos.

Parte da organização de uma memória coletiva necessária para a compreensão das alterações do mundo do trabalho, mais uma vez, pode ser construída pelo decifrar das disputas e conflitos existentes na cidade. Isso traz uma implicação necessária para alinhar a difícil trama da memória da classe trabalhadora e de seus processos de transformação, que consiste em lidar com a recuperação de conflitos a partir da memória inscrita na paisagem urbana:

A história da cidade percebida pelo homem contém, de maneira velada, a história do homem contada na cidade. Existe um fetiche, aqui na acepção marxista do termo, em relação à história, e também à memória narrada pelo patrimônio, como se ela pertencesse à cidade, isto é, como se fosse a cidade o sujeito social dotado de vontade, de tempo, de transformação, e não os homens que a produzem. A cidade, desta forma, reifica-se, torna-se falso sujeito e omite, assim, as contradições que ocorrem entre os homens que produzem, muitas vezes, cidades diferentes e opostas (RIBEIRO; ROCHA, 2016, p.185)

Do mesmo modo como os estudos relativos ao patrimônio histórico e cultural podem contribuir para o debate capaz de traduzir temáticas relativas ao mundo do trabalho contemporâneo, os estudos urbanos orientados pela lógica do direito à cidade possuem a tradição de romper com as ciências parcelares. Estes estudos enfrentam a fragmentação a partir de uma metodologia apoiada na reunião e diálogo entre fontes de diferentes campos, cruzando problemas que aparentemente surgem atomizados, mas que encontram articulação na sua concreta expressão espacial.

Lançar mão de uma articulação entre memória e direito à cidade, portanto, pode contribuir com o enfrentamento e identificação de problemas contemporâneos do mundo do trabalho de maneira fértil, revelando permanências e mudanças não reconhecidas pelas tradicionais narrativas relativas ao patrimônio histórico e cultural, sobretudo, nas regiões da cidade habitadas hegemonicamente pela classe trabalhadora.

As memórias contidas no espaço urbano comportam, de forma oculta, as disputas que movimentam a história forjada no trabalho “numa forma em que ele diz respeito unicamente ao

homem”, como afirma Marx (2013, p. 255). Decifrar conjuntamente a memória, patrimônio e cidade implica em pensar e acompanhar a movimentação do mundo do trabalho no espaço e no tempo. A própria noção de direito à cidade originalmente formulada por Lefebvre em 1967<sup>3</sup> consiste na reivindicação de um espaço de realização política de um trabalho emancipatório. O texto original de Lefebvre a respeito desta temática guarda uma reflexão importante sobre a conexão entre cidade e trabalho emancipado, isto é, entre produção do espaço e a luta contra a alienação:

A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, à vida urbana alienada antes de existir "realmente". [...] O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retomo às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. (LEFEBVRE, 2004, p. 117-118)

A fuga da cidade é tratada como expressão geográfica da alienação. A reivindicação do direito à cidade contempla, necessariamente, o reconhecimento de que a cidade deve ser uma obra, em oposição a uma mercadoria, onde a classe trabalhadora se reconhece de maneira plena, com suas contradições, com sua memória, com seus conflitos e com seus futuros. Transformar a cidade enquanto um espaço emancipado exige, primeiramente, evidenciar que este espaço é fruto e semente de uma alienação ancorada em sua fragmentação, em sua parcelaridade, e que apenas poderá ser rompida diante de uma proposta de reconstrução de sua totalidade. Portanto, a luta contra a alienação está amparada na necessária reunião das compreensões parcelarizadas a respeito da realidade e da cidade, o que inclui reivindicar a memória como uma determinação fundamental para a compreensão da concretude social.

Este artigo pretende trazer uma contribuição ao entendimento do Mundo do Trabalho a partir de uma investigação sobre como a memória da classe trabalhadora está presente na transformação da paisagem urbana da cidade, tomando como caso-referência o bairro de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa assume o patrimônio histórico e cultural como um dos elementos conformadores da cidade que possui em sua história uma construção da hegemonia da classe dominante, mas que não está afastado de conflitos e rupturas em sua trajetória. Esta

---

<sup>3</sup> Em 1967 foi publicado por Henri Lefebvre um artigo chamado “O direito à cidade” nome na revista *L'Homme et la société*, N. 6, 1967. pp. 29-35. Trata-se de um dos capítulos que será reproduzido na íntegra, em 1968, no livro “O direito à cidade” que já estava em processo de editoração, como atesta o autor em nota de rodapé no artigo original. Como o artigo e o livro possuem o mesmo nome é comum haver uma certa confusão sobre a data correta da primeira publicação de Lefebvre sobre o tema (o que, aliás, não altera em nada a importância e a essência do debate inaugurado pelo filósofo). O artigo original, digitalizado, está disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/homso\\_0018-4306\\_1967\\_num\\_6\\_1\\_1063](https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1967_num_6_1_1063)>.

disputa possibilita um questionamento sobre o lugar da classe trabalhadora na construção, representação, e reconhecimento desse patrimônio, desta cidade e de seu trabalho.

Concordando que “a própria maneira de representação do patrimônio histórico e, por consequência, os próprios elementos considerados como patrimônio, são históricos e, portanto, disputáveis social e historicamente” (RIBEIRO; ROCHA, 2016, p.187), o artigo parte do entendimento de uma categoria específica das políticas hegemônicas de preservação e salvaguarda de bens culturais, o chamado “patrimônio industrial” para pensar a importância da concepção de um patrimônio da classe trabalhadora. Este debate abre questões possíveis para o entendimento das transformações do mundo do trabalho, sobretudo, por evidenciar a fragmentação da memória do trabalho, histórica e geograficamente, como uma consequência da história e memória imposta pelo capital.

### **Patrimônio industrial e memória operária**

Diante da fragmentação intensificada pelas mudanças no mundo do trabalho, uma questão guia a elaboração deste artigo: como o patrimônio histórico e cultural e a memória da classe trabalhadora estabelecem, ou podem estabelecer, as conexões necessárias para a efetivação do direito à cidade? É a partir desse questionamento que uma análise acerca do intitulado *patrimônio industrial* e da *memória operária*, ambos enquanto campos disciplinares historicamente construídos, é trazida para o contexto da cidade do Rio de Janeiro. Através dessa análise, é possível identificar os caminhos tradicionalmente traçados pelo patrimônio histórico e cultural no que diz respeito ao registro da memória da classe e analisar em que medida o patrimônio tem auxiliado na superação da parcelaridade dos acontecimentos, de modo a reconhecer as correlações entre estes e trazer à tona as contradições e conflitos que permeiam a trajetória da classe trabalhadora.

O enfoque no patrimônio industrial se justifica por este ser, no que se refere à preservação de bens culturais, a vertente do campo do patrimônio histórico e cultural que mais se aproxima de um debate sobre a classe trabalhadora enquanto sujeito social que atribui valores culturais. Estabelecida sobretudo através do tombamento de conjuntos fabris construídos na primeira metade do século XX, tal vertente reúne exemplares de um patrimônio associado à industrialização – abrangendo desde moinhos, engenhos, pontes e maquinários até fábricas e vilas operárias – e tangencia, assim, aspectos de uma memória operária. Diante disso, retomar o processo de consolidação desse patrimônio como campo disciplinar nos ajuda a compreender sua influência no patrimônio histórico e cultural brasileiro, bem como entender até que ponto ele tem tangenciado a memória da classe trabalhadora.

Na cidade do Rio de Janeiro são exemplos de um patrimônio industrial: o *Shopping Nova América*, antiga Fábrica Nova América, em Del Castilho; o *Shopping Bangu*, antiga Fábrica Bangu, em bairro homônimo; o *Extra Boulevard*, anteriormente Fábrica Confiança, em Vila

Isabel; e a *Fábrica Bhering*, situada em Santo Cristo; dentre outras edificações. Hoje transformado em *shoppings*, hipermercados, ateliês artísticos e espaços *cult* e *gourmet* – quando não demolido para dar lugar a novos empreendimentos, tais como o hipermercado que hoje ocupa o terreno da Fábrica de Sabão Português, demolida na Avenida Brasil, também por vezes respaldados por projetos urbanos, como foi o caso do Porto Maravilha –, tal patrimônio insere questões acerca da produção do espaço a partir da história urbana e da memória operária: quais histórias o espaço urbano tem contado através da experiência dos trabalhadores? Quais relações podem ser identificadas entre o patrimônio industrial e a memória operária?

Se investigarmos mais a fundo o processo de difusão do patrimônio industrial, é possível perceber que seu caráter desenvolvimentista não se restringe ao cenário carioca contemporâneo, mas remete à sua gênese, na Inglaterra da década de 1950. Em um cenário internacional, o patrimônio industrial se origina da *arqueologia industrial*, termo difundido pelo historiador inglês Michael Rix, a partir de artigo publicado na revista *The Amateur Historian*, em 1955, intitulado *Industrial Archaeology*, que assinala preocupações do autor em um período em que políticas de requalificação urbana implantadas na Inglaterra passam a defender a demolição de construções antigas, consideradas obsoletas (BUCHANAN, 2000, p. 20). O historiador Angus Buchanan, que participou do processo de consolidação da arqueologia industrial como campo disciplinar, ressalta que “foi preciso um senso de urgência, estimulado pelo medo de que algo de valor do passado estivesse sendo desperdiçado” (BUCHANAN, 2000, p. 19, tradução nossa) para dar início ao movimento – urgência que, vale destacar, resultava da própria transformação urbana gerada pela industrialização. Mas, afinal, o que estava sendo perdido? Quais seriam os monumentos da industrialização? Segundo a leitura de Rix, tais marcos associam-se a quatro aspectos principais da Revolução Industrial, que justificariam a importância de sua preservação:

Os vários aspectos da Revolução Industrial incluem a produção de grandes quantidades de ferro, em uma escala sem precedentes, e seu uso para novos fins em máquinas, motores e edifícios. Em segundo lugar, as fábricas e máquinas, que são o símbolo do novo movimento. Em terceiro lugar, os motores a vapor e as locomotivas, que possibilitaram a provisão de energia; e, em quarto lugar, os canais e ferrovias, sem os quais os bens produzidos em massa nunca poderiam ter sido distribuídos. Estes aspectos variados representam um fascinante campo de estudo interligado, cujos caminhos ainda são praticamente inexplorados. (RIX, 1955, p. 225, tradução nossa)

Entendendo tais aspectos como simbólicos, os teóricos da arqueologia industrial passam, então, a defender a preservação de bens referentes à indústria como uma forma de preencher a lacuna existente na história oficial da Grã-Bretanha, que, como berço da Revolução Industrial, então negligenciava monumentos entendidos como representativos de uma “notável série de eventos” e de um “movimento que está mudando a face do globo”, e que, assim, integrariam a herança nacional inglesa (RIX, 1955, p. 225, tradução nossa). A arqueologia industrial estabelece, nesse sentido, os moldes para a construção de uma identidade nacional e de um patrimônio voltados para o material e o monumental, reafirmando a Inglaterra como

pioneira e estabelecendo a Revolução Industrial como marco histórico e ocasião oportuna de uma nação que estaria à frente de seu tempo. Mas e os trabalhadores?

No que diz respeito à memória da classe trabalhadora, ainda tomando como base o artigo de Rix, pode-se notar a ausência de referências aos trabalhadores que construíam e operavam tais monumentos – representados, por exemplo, pelas primeiras construções em ferro fundido, por pontes, aquedutos e canais, dentre outros. Também não é feita nenhuma alusão aos impactos da industrialização no campo, na cidade e na vida da população, de modo a minimizar os efeitos da indústria e estabelecer uma história pautada no progresso e na evolução civilizatória, além de camuflar o trabalho coletivo presente nesse processo. Cabe lembrar que na década de 1950 diferentes campos disciplinares já apresentavam estudos consolidados acerca da classe trabalhadora britânica e das transformações sociais causadas pela Revolução Industrial. Em seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, Engels expõe as condições de vida e trabalho que se estendem por todo o território inglês e que, mais de um século depois, desaparecem no discurso da arqueologia industrial. Tomando como exemplo Birmingham e suas cidades vizinhas, onde Rix escreve seu texto introdutório, o historiador deixa despercebidas desde as condições de moradia em bairros sujos, onde a população operária se aglomerava em pátios estreitos e mal arejados, conforme indicou a revista *The Artizan*, em outubro de 1843 (ENGELS, 2010, p. 79), até os impactos da industrialização na saúde dos trabalhadores e na reconfiguração socioespacial.

Dessa maneira, ainda que a indústria tenha se desenvolvido às custas de uma classe trabalhadora que se viu submetida a condições precárias de moradia e a jornadas de trabalho extensas em troca de salários insuficientes para uma vida digna, Rix considera que os grandes marcos simbólicos da industrialização estão definidos sobretudo pela excepcionalidade técnica e material. O autor, para isso, concentra-se em pontuar indivíduos que considera importantes para que os avanços da indústria fossem possíveis, avaliando-os pelo caráter pioneiro e/ou monumental de suas obras – como Abraham Darby, fazendeiro que teria produzido o primeiro ferro fundido, em 1657; e Thomas Telford, engenheiro responsável, por exemplo, pelos aquedutos de Chirk e Pontcysyllte ou, como Rix define, “os dois monumentos industriais mais adoráveis do país” (RIX, 1955, p. 228, tradução nossa).

É a partir de tais símbolos, ainda, que a construção de uma arqueologia industrial como uma tradição inventada – que ocorre quando uma continuidade histórica, através da repetição, é artificialmente forjada e ritualizada (HOBSBAWM & RANGER, 2008, p. 17) – se dá sob a ideia de que os avanços da indústria e a evolução do homem caminham em simbiose. Por conseguinte, essa mesma arqueologia defende que o avanço da industrialização reflete também o avanço do homem, de modo a legitimar as relações sociais encontradas na lógica de produção industrial, em que o industrial e o trabalhador se sobressaem enquanto atores, e aos quais se somam o Estado e a iniciativa privada em torno desse mesmo simbolismo, estabelecendo, assim, o apagamento da luta de classes através de uma suposta harmonia e de um suposto objetivo em comum: o progresso. É também através desses atores que os conflitos e interesses mais ou



menos combinados vão implicar na produção do espaço, em uma conjuntura em que a preservação histórica e cultural pode servir como instrumento de um novo mercado ou como meio de resistência.

Ao mesmo tempo, ainda que as primeiras décadas de difusão da arqueologia industrial já apontem suas tendências – voltadas à técnica, ao progresso e à evolução, assim camuflando o conflito inerente à sociedade de classes e deixando de lado a memória operária –, elas também se mostram insuficientes para analisar o lugar dado à memória operária no patrimônio industrial brasileiro, por isso se faz necessário entender como ocorreu a consolidação deste último, incluindo os impactos da arqueologia industrial e suas principais problemáticas no que diz respeito ao espaço urbano.

O primeiro tombamento brasileiro associado ao processo de industrialização, ocorrido em 1938 e contemporâneo à criação do IPHAN – realizada, por sua vez, em 1937 –, se refere às ruínas da antiga Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, em Ouro Preto. Ele se justifica essencialmente pelo papel pioneiro que a fábrica, a primeira de ferro no Brasil, teve na história da siderurgia nacional. Depois disso, novos tombamentos seriam determinados somente na década de 1960, tendo o patrimônio industrial se beneficiado da ampliação do conceito de patrimônio histórico a partir da Carta de Veneza, de 1964, que passaria a aludir “não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural” (ICOMOS, 1964, p.1-2).

Mesmo assim, a ação pontual no território ainda é a regra, como corrobora Rodrigues, ao afirmar que os tombamentos de bens industriais “têm sido pontuais e baseados nas qualidades arquitetônicas das edificações” (2010, p. 38). Rodrigues destaca uma lacuna na identificação desses bens, que não têm abarcado a cultura dos trabalhadores, espacializada, segundo ela, nos locais de trabalho, que “guardam memórias difíceis, como as de cerceamento de vontades, em função da disciplina e eficiência da produção, de assédios morais e de tempo roubado ao lazer, à criatividade, enfim, à liberdade de se estar solto no mundo” (RODRIGUES, 2010, p. 38). Nesse sentido, tanto a origem inglesa do patrimônio industrial quanto suas reverberações no cenário brasileiro indicam lacunas na preservação da memória da classe trabalhadora, também evidenciadas no espaço urbano, mesmo diante dos esforços empregados por pesquisadores da temática.

Isso pode ser percebido, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro. Em levantamento realizado em outubro de 2018, com base nas listas oficiais de bens culturais tombados pelos três órgãos de preservação – o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN), o *Instituto Estadual do Patrimônio Cultural* (INEPAC) e o *Instituto Rio Patrimônio da Humanidade* (IRPH) – e na definição de patrimônio industrial presente na *Carta Patrimonial de Nizhny Tagil* (TICCIH, 2003, p. 3), é possível perceber que o patrimônio industrial tem pouca expressão no patrimônio histórico e cultural tombado nessa cidade. Segundo o levantamento, os 32 processos relativos ao patrimônio industrial representam 4,68% do total de bens tombados (Tabela 1). No mapeamento de tais dados (Figura 1), percebe-se, ainda, que os bens tombados se concentram

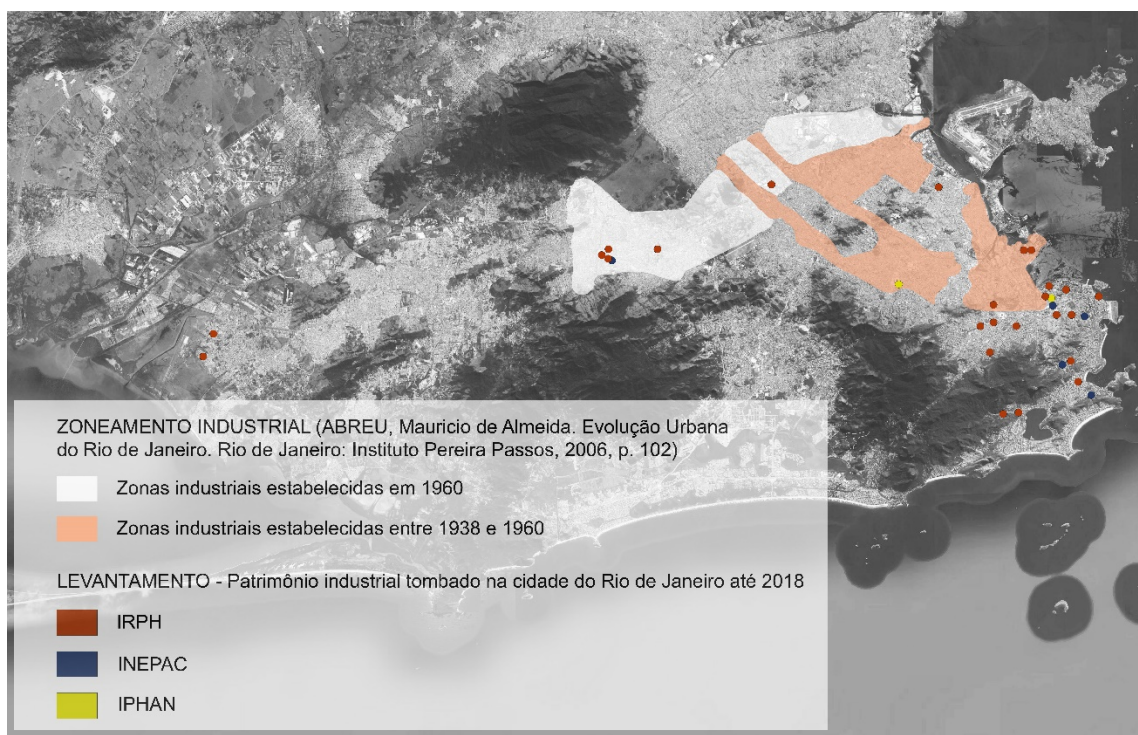
nas áreas centrais da cidade, o que se mostra incompatível com as zonas industriais estabelecidas em 1938 e 1960 (ABREU, 2006, p. 102) e com o processo de industrialização do Rio de Janeiro ao longo do século XX.

**Tabela 1 - O patrimônio industrial tombado na cidade do Rio de Janeiro (até 2018)**

ÓRGÃO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL	Nº TOTAL DE TOMBAMENTOS DEFINITIVOS OU EM PROCESSO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	Nº DE TOMBAMENTOS QUE PODEM SER CLASSIFICADOS COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DE TOMBAMENTOS ENQUADRADOS COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL
IRPH	356	25 (7,02%)	78,12%
INEPAC	122	5 (4,09%)	15,63%
IPHAN	206	2 (0,97%)	6,25%
TOTAL	684	32 (4,68%)	100%

Fonte: Levantamento realizado pelos autores.

**Figura 1 - Mapeamento do patrimônio industrial tombado no Rio de Janeiro até 2018**



Fonte: Mapeamento realizado pelos autores, combinado com o zoneamento industrial do Rio de Janeiro em 1938 e 1960 (ABREU, 2006, p. 102). Base da imagem: *Google Earth* 2018.

Cabe ressaltar que, ainda que o patrimônio histórico e cultural nacional apresente desde a década de 1930 exemplos de bens que podem ser enquadrados como patrimônio industrial, é somente a partir da criação do *Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial*

(TICCIH-Brasil), em 2004, que o esforço em prol do reconhecimento de um patrimônio da industrialização se sistematiza e reúne o interesse de diferentes disciplinas pela reflexão teórica e pela identificação de exemplares nas cidades brasileiras. O TICCIH-Brasil é resultado do I Encontro em Patrimônio Industrial, ocorrido em 2004, na Unicamp, onde parte da produção acadêmica sobre o tema passou a ser desenvolvida, de modo a aprofundar no contexto brasileiro a discussão internacional já em elaboração pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) desde 1978 e adquirindo grande expressão em algumas universidades públicas, especialmente através dos campos da História e da Arquitetura e Urbanismo. Até 2018, por exemplo, a *Universidade de São Paulo* (USP) e a *Universidade Estadual de Campinas* (Unicamp) somavam, juntas, 34 pesquisas com a temática. A *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ), por sua vez, apresentava 5 pesquisas direcionadas ao tema, segundo consta no sistema Minerva.

Por outro lado, é também nas universidades públicas que serão encontrados estudos que tratam do tema a partir da memória operária sobretudo através das contribuições dos campos da História, da Antropologia e da Sociologia. Tais contribuições podem ser notadas nas pesquisas desenvolvidas pelos *Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional* (PPGAS-MN/UFRJ) e em *Antropologia e Sociologia* (PPGSA-IFCS/UFRJ), na criação de acervos arquivísticos dedicados ao tema – como o *Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro* (AMORJ), da UFRJ –, bem como em estudos do *Instituto de História da Universidade Federal Fluminense* (IHT-UFF), desde pelo menos a década de 1980.

Assim, em uma investigação dedicada à análise dessa memória operária no contexto da cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber que, em contraponto a um patrimônio que reafirma a história do progresso e apaga os conflitos sociais, a memória da classe – da qual a experiência operária é um exemplo – pode se apresentar como um caminho para a construção de um patrimônio como instrumento de resistência e de consciência coletiva.

### **A memória operária carioca a partir do conflito de classes e do direito à cidade**

Identificado na construção do campo do patrimônio industrial, que tem priorizado aspectos técnicos e a monumentalidade de bens isolados, o apagamento de narrativas constituídas pela classe trabalhadora também se manifesta histórica e espacialmente a partir das possibilidades de registro de sua memória e de sua permanência no espaço urbano, exemplificando os conflitos que permeiam a trajetória de vida dos trabalhadores. É o que pode ser verificado no caso do operariado carioca, que, diante da luta de classes, muitas vezes teve suas condições de vida e de permanência no espaço urbano do Rio de Janeiro estabelecidas por interesses alheios aos seus, como ilustra o processo jurídico travado entre as décadas de 1960 e 1990 pela Companhia América Fabril e por antigos operários da Fábrica Carioca em busca da posse da Chácara do Algodão (CARLOS, 1992, p. 57).

A Chácara tem origem na Vila Arthur Sauer, localizada no Jardim Botânico e construída pela Companhia de Saneamento ainda no século XIX. Ela foi destinada aos trabalhadores da Fábrica Carioca, que esteve em funcionamento entre 1886 e 1962, e que foi adquirida pela Companhia América Fabril em 1920, sendo demolida na década de 1960. A disputa entre a Companhia e os antigos operários teria se iniciado ainda nesse período, quando em 1964 ficou determinado por decisão judicial a desapropriação da Chácara em prol de seus moradores (CARLOS, 1992, p. 59). Já em 1986, o ganho da causa pela Companhia estimularia o pedido de tombamento das 46 casas ainda mantidas, das 132 que um dia ali existiram (CARLOS, 1992, p. 57). A reivindicação veio da *Associação de Moradores e Amigos da Chácara do Algodão* e entrou em choque com os objetivos da Companhia, que pretendia, assim como havia feito com outros terrenos do bairro, negociar a Chácara como o capital imobiliário (CARLOS, 1992, p. 70), chegando a pedir o destombamento da vila e alegando para isso a descaracterização arquitetônica das edificações bem como supostas ilegalidades no processo (nº12/1351/86).

Assim como a vila do Jardim Botânico, a Companhia de Saneamento construiu: no centro da cidade, a Vila Rui Barbosa; em Vila Isabel, a Vila Maxwell e a Vila Senador Soares; e no Méier, a Vila Sampaio. Além dessas, pretendia construir vilas em Botafogo, no Morro de Santo Antônio, na Mangueira, em São Francisco Xavier, em Rocha e no Engenho Novo, projetos que não foram concretizados devido à rescisão do contrato com o governo, em 1895 (GENNARI, 2017, p. 147). De fato, a construção de moradias pela iniciativa privada no final do século XIX, apesar de muitas vezes interpretada como uma benevolência por parte de seus proprietários, em especial quando estes eram donos de fábricas e aquelas eram destinadas a seus operários, resulta de uma série de incentivos governamentais que, de modo geral, visavam a modernização, “o combate à tipologia do cortiço e a restrição da construção de casas populares ou para trabalhadores em determinadas áreas na cidade” (GENNARI, 2017, p. 139). Tais incentivos, que compreendiam desde a isenção de impostos para importação de materiais até a concessão com o benefício da cobrança de aluguéis, estimularam uma dinâmica de produção habitacional para a classe trabalhadora que seria alterada para a forma de produção em massa como política de Estado somente a partir da década de 1940, na Era Vargas, com os Institutos de Aposentadoria, mantendo, ainda, um procedimento segregador, segundo os novos limites da periferia urbana, e ainda assim não duraria muitas décadas.

Tal dinâmica, disseminada “por um grupo que via nesse sistema de concessões a possibilidade de ter acesso a terras valorizadas e o direito de explorá-las garantido por lei” (GENNARI, 2017, p. 148), quase um século depois permitiria colocar em questão o direito de posse de ao menos cinco gerações, dentre operários e familiares. Assim, o modo como se estruturou a ocupação do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, em que o empreendimento privado, combinado com a especulação imobiliária, teria poder sobre a cidade, legitimado, por sua vez, por um Estado que se desobrigava de discutir as condições de vida do trabalhador para além de seus impactos na estética e na “higiene urbana”, foi decisivo para a experiência da classe trabalhadora no espaço urbano carioca.

Mas, se no caso da Chácara do Algodão, 35 habitantes da vila puderam adquirir da Companhia seu direito de posse no final da década de 1980, assim como posteriormente outros moradores conquistaram coletivamente o usucapião de seus imóveis (CARLOS, 1992, p. 73), alguns grupos que residiam na zona sul, ou mesmo em outras áreas da cidade, não tiveram a mesma “sorte”.

O despejo de antigos trabalhadores, então residentes de áreas em valorização, não conseguiu ser freado na Vila Rui Barbosa. Localizadas entre as ruas do Senado, dos Inválidos e a Avenida Henrique Valadares, as 500 casas da vila foram demolidas pela *Superintendência de Urbanização e Saneamento* (SURSAN) em 1972 para a construção de um conjunto de edifícios, o conjunto Adolfo Basbaum, com blocos que teriam até 18 andares, como indicam os jornais da época (CENTRO, 1972; OS ÚLTIMOS, 1973). A proposta de verticalização, supostamente sustentada pelo governo com base no crescimento demográfico da cidade, seria colocada em prática pela Construtora Erg Ltda. e financiada pela *Companhia Progresso do Estado da Guanabara* (COPEG). A despeito desse projeto, entretanto, no terreno da antiga vila encontra-se atualmente o Centro Empresarial Senado, composto por duas torres envidraçadas ocupadas por escritórios corporativos da PETROBRÁS. Antes da sua construção, em 2011, a área passou anos como um amplo terreno baldio no centro da cidade, o que então seria usado como justificativa para o empreendimento, uma vez que, segundo o arquiteto Edo Rocha, autor do projeto, “uma das preocupações foi a transformação daquela área totalmente *decadente*, que em tese *não tinha um futuro em termos de urbanismo*” (GELINSKI, 2013, p. 34, grifo nosso).

Assim, é possível perceber que a complexidade da composição da paisagem urbana carioca oriunda de sua industrialização não está expressa nos tombamentos oficiais de edifícios isolados. Muito pelo contrário, existe um apagamento de inúmeras lutas, vitórias e derrotas da classe trabalhadora no âmbito do direito à cidade que impedem a produção de uma memória mais viva e crítica. A evidenciação destes conflitos, conformando uma paisagem do dissenso, possibilitaria uma outra abordagem da história do mundo do trabalho, realçando aspectos da memória que são interligados por diferentes contextos, tais como moradia, trabalho, organização sindical e política, mobilidade, etc.

Mas não é apenas no exemplo dos conjuntos têxteis e das vilas operárias do início do século XX que a memória da classe se expressa. Na história urbana carioca, fazem parte dessa memória o próprio processo de precarização da moradia do trabalhador – percebida na autoconstrução das favelas, considerada ilegal, mas aceita como funcional –, a demolição de bairros e conjuntos habitacionais operários – como parte do Catumbi, na década de 1980, para a construção do túnel Santa Bárbara, e do Parque Proletário da Gávea, para a construção de um planetário –, bem como a realocação de trabalhadores, antes na zona sul e no centro, para áreas periféricas da cidade, como é o caso da Vila Aliança e da Vila Kennedy, em Bangu. Assim, essa memória, se narrada de modo a camuflar as disputas espaciais que a permeiam, deixa faltar um aspecto inerente à sociedade de classes, que é o conflito.

## O exemplo de Bangu

Um exemplo que ajuda a entender o processo de significação do espaço pelos trabalhadores é o bairro de Bangu, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, que revela os significados que o patrimônio histórico e cultural pode adquirir ao longo de diferentes gerações de trabalhadores. O bairro ostenta um dos principais bens culturais considerados patrimônio industrial da cidade: a Fábrica Bangu – reinaugurada como *shopping center* em 2007, seguindo o tradicional destino de elementos da memória operária na paisagem urbana, costumeiramente transformados em *shoppings* e hipermercados, dentre outros espaços de consumo. Para além da atividade fabril, uma investigação mais aprofundada sobre a história urbana de Bangu também demonstra que as remoções de favelas na zona sul e no centro da cidade foram determinantes para a ocupação do bairro, estabelecendo a chegada de novos trabalhadores sobretudo a partir da década de 1960.

Essa pluralidade de significados e de caminhos que constitui a memória operária foi percebida através de entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup> com moradores do bairro, de modo a abarcar diferentes gerações que têm encontrado no patrimônio industrial uma identificação coletiva, oriunda da experiência operária, relevando, ao mesmo tempo, aspectos conflituosos relativos ao mundo do trabalho e à produção do espaço urbano. De modo geral, o bairro de Bangu, desenvolvido a partir da Fábrica Bangu, hoje apresenta nova dinâmica, estimulada pela transformação de parte de seu patrimônio industrial, as antigas edificações fabris, em *shopping*. Sua história é marcada pela atuação de seus proprietários e gestores da fábrica, responsáveis por definir desde o século XIX os rumos da urbanização da região, fornecendo infraestrutura e serviços sociais. Assim, a história de Bangu evidencia uma relação paternalista entre patrão e trabalhador, este transformado em consumidor dos serviços urbanos oferecidos pela fábrica.

Na prática, isso faz com que os moradores de Bangu, sobretudo antigos operários e seus familiares, se sintam gratos à família Silveira, proprietária da fábrica ao longo do século XX, como foi percebido na entrevista com a família Rego, que tem sua história diretamente vinculada à Fábrica Bangu. O casal de imigrantes portugueses Inês e Eurico, de 86 e 93 anos, veio para o Brasil ainda na década de 1950, trabalhando por anos na fábrica: ela em um primeiro momento como cozinheira da creche, e ele no casarão dos proprietários, como garçom, por quase três décadas. Alguns anos mais tarde, dois de seus três filhos também trabalhariam como operários da Bangu, como era comum de acontecer nas famílias do bairro. Tendo estabelecido uma relação de afeto com o patrão – conhecido como Doutor Silveirinha –, a família o descreve como um indivíduo benevolente, que sempre ajudava seus funcionários.

No entanto, apesar de ser a narrativa mais comumente trazida à tona, a história do trabalhador que constrói sua trajetória de vida de modo vinculado à fábrica não é a única

---

<sup>4</sup> As entrevistas foram realizadas entre janeiro e junho de 2020, em grande parte por meios digitais, devido à política de isolamento social adotada no combate à COVID-19.

existente. Valéria, de 50 anos, foi operária da fábrica por alguns meses e atualmente trabalha como artesã no Calçadão de Bangu, onde se evidencia a precarização do seu trabalho – demonstrada, por exemplo, pela ausência de sanitários ou de locais seguros para guardar seus produtos, bem como pela dificuldade da regulamentação de sua atividade. Em seu relato, é possível notar que, apesar de não ter se identificado com o trabalho fabril – ela conta que não gostava do barulho, nem de “trabalhar para os outros” –, ela se sente identificada com o patrimônio industrial do bairro.

Ao relatar as atividades que já exerceu – auxiliar de cozinha, faxineira, lavadeira, babá, etc. –, Valéria também coloca em evidência uma característica da trajetória de alguns trabalhadores – notadamente das *trabalhadoras*, para as quais a sociedade capitalista coloca moldes específicos –, que é a mudança frequente de emprego e de função, muitas vezes não por escolha, mas para atender às necessidades da família. O perfil trazido por ela, nesse sentido, nos alerta para uma instabilidade que não se refere, por sua vez, apenas à realidade do trabalhador do século XXI, mas que mesmo no século XX faz parte da classe, ainda que pouco encontrada na figura consolidada do operário padrão. Esse dilema se expressa sobretudo nas possibilidades de trabalho encontradas pela artesã, e no pouco suporte oferecido pelo Estado, que não atendeu às demandas sociais antes contempladas pelas “benfeitorias” da fábrica, então em declínio a partir da década de 1980.

Mas a memória da classe trabalhadora em Bangu não está sintetizada na experiência dos operários de sua fábrica ou dos moradores de seu núcleo fabril. Bangu, já na primeira metade do século XX, e ainda sob a predominante influência imobiliária da Companhia, passa a receber progressivamente o investimento estatal por meio da construção de conjuntos habitacionais dos Institutos de Pensões e Aposentadoria. Segundo Floriano Oliveira, das 12.238 unidades habitacionais construídas pelo *Institutos de Pensões e Aposentadoria dos Industriários* (IAPI) no Rio de Janeiro entre 1937 e 1964 – número que seria inexpressivo para a demanda habitacional da cidade, como ressalta o autor – 45% foram em Bangu, representando a chegada de 30 mil novos moradores ao bairro através do Conjunto Bangu e do Conjunto Moça Bonita (OLIVEIRA, 1993, p. 104). Outros conjuntos seriam construídos nesse mesmo período, como é o caso da Vila Aliança, construída em 1962, da Vila Kennedy, em 1964, e do Conjunto Dom Jaime Câmara, nos anos 70.

O caso da Vila Aliança, sub-bairro de Bangu, evidencia, seja através do pouco registro de sua história, seja pelo descaso recorrente do Estado em relação a seus moradores – perceptível na remoção forçada das moradias originais de seus habitantes, oriundos em grande parte das chamadas “favelas da Guanabara”, e na pouca infraestrutura oferecida após a mudança –, como o apagamento de uma memória operária ali se consolidou. Assim como a Vila Kennedy, a Vila Aliança é resultado do programa *Aliança para o Progresso*, desenvolvido pelos Estados Unidos durante a presidência de John Kennedy, que oferecia assistência direcionada à América Latina e que teve como uma de suas bases a Operação Pan-Americana (OPA), lançada por Juscelino Kubitschek em 1958. Em uma busca inicial sobre a Vila Aliança atualmente, as

notícias e publicações encontradas a retratam como um cenário marcado pela violência e pelo tráfico, sendo alvo frequente de operações policiais.

Nesse sentido, chama a atenção o relato de um morador que participou da produção do documentário *Vila Aliança – Memórias em Cinco Minutos* a respeito da história do local, mostrando sua origem a partir de uma política de remoções, bem como relatos que indicam dificuldades enfrentadas em seus primeiros anos, sobretudo pela falta de infraestrutura. Jeferson Cora, de 35 anos, comentou a dificuldade de encontrar informações a respeito da origem do local, ressaltando a importância da memória para o sentimento de pertencimento da população ali residente. Junto de amigos e familiares e com o objetivo inicial de criar um centro de memória no sub-bairro, Jeferson se deparou com o pouco registro da história local e, posteriormente, com o processo traumático que originou a Vila Aliança, como pôde constatar em documentos do Arquivo Nacional e nos relatos trazidos no documentário. O morador demonstra como a história urbana do local expressa o próprio processo de luta pela sobrevivência através do deslocamento diário de trabalhadores entre a Vila Aliança e a zona sul da cidade, da conquista de linhas de ônibus e de equipamentos urbanos, além de alternativas encontradas pelos moradores frente ao desemprego, hoje em dia camuflado pelo empreendedorismo.

Nesse sentido, a maneira como a memória de trabalhadoras e trabalhadores ganha expressão evidencia imensas contradições a respeito das trajetórias, chegadas, saídas e permanências em Bangu. O espectro industrial está presente em todo momento, remetendo a dificuldades, conquistas, paternalismos, injustiças, disputas, exploração. As trajetórias coletivas e familiares descritas criam uma paisagem de dissenso no bairro, que traduz de modo intenso as contradições de uma industrialização predatória desenvolvida em um país periférico. Tal processo, por sua vez, será oficialmente sintetizado no tombamento da Fábrica e em sua posterior transformação em *shopping center* – por si só, mais um elemento complexo e contraditório para a história do desenvolvimento industrial do bairro. Esse cenário releva uma nova tendência do modo de produção capitalista, através da qual, diante do crescente setor de serviços, os espaços de produção – e de memória da classe trabalhadora – são transformados em espaços de consumo.

## **Considerações Finais**

Ao identificar algumas das origens do descompasso entre *patrimônio histórico e cultural* e *memória da classe trabalhadora* e seus consequentes obstáculos à efetivação do direito à cidade – elucidados pela consolidação do patrimônio industrial e por fragmentos da memória operária carioca –, esse artigo traz à discussão a necessidade de se pensar *patrimônio, memória e cidade* sob novas perspectivas.

Se no século XX a multiplicidade de perfis que caracteriza a classe trabalhadora se apresentou camuflada pelo ideário de um trabalhador padrão, sintetizado na figura do operário



branco do gênero masculino e reforçado pelo patrimônio industrial, o século XXI exige novos caminhos para debater e abarcar a classe diante de sua ontológica diversidade. Nesse sentido, uma leitura crítica do campo do patrimônio histórico e cultural, como a análise aqui trazida, incita reflexões acerca das premissas e critérios que têm motivado pesquisas acadêmicas e tombamentos na atualidade, vislumbrando possibilidades para a construção de um patrimônio e de uma memória como instrumento de luta da classe trabalhadora.

Pensar, por exemplo, a memória da classe para além dos limites que costumeiramente definem o trabalhador como o operário da indústria, ou mais especificamente da fábrica têxtil, talvez seja um passo importante para desvinculá-la de uma narrativa romântica e datada, que, inclusive, fortalece a teoria de que a classe trabalhadora esteja desaparecendo. Reconhecer a presença do trabalhador na história da cidade é também um modo de registrar a sua permanência, assim como distinguir os caminhos que definiram os atuais aspectos materiais e simbólicos da sua vida, como os traçados pelo patrimônio industrial brasileiro em seus moldes atuais, com base em sua origem desenvolvimentista na Inglaterra.

Mattos (2019, p. 23), por exemplo, já ressalta o uso confuso dos termos *operário*, *proletário* e *trabalhador* como sinônimos de modo a se referir mais diretamente ao *trabalhador fabril*, aplicação que invisibiliza setores laborais que constituem grande parte da classe, como vendedores, operadores de *telemarketing*, prestadores de serviço informais – muitas vezes apresentados como *empreendedores* –, entregadores de aplicativos, para citar alguns. Federici (2019, p. 25-26), ao participar da luta pela remuneração do trabalho doméstico a partir da década de 1970, também já observa o lugar ocupado pela mulher dentro do sistema capitalista como mecanismo de reprodução da força de trabalho, assim como a sua não remuneração, fundada em um trabalho naturalizado e confundido com afeto, como expressão de seu apagamento enquanto trabalhadora. A trajetória apresentada pelo patrimônio industrial, assim como o apagamento dos conflitos ao longo da história urbana do Rio de Janeiro, demonstra a necessidade de retomar memórias de diversos grupos e estratos da classe historicamente invisibilizados.

Alguns fenômenos apresentados e analisados neste artigo, tais como o apagamento de vilas operárias em bairros cuja ocupação atual não é identificada com a classe trabalhadora, ou a conformação de um bairro industrial como Bangu, repleto de contradições e pluralidades, configuram parte da experiência da classe no século XX no Brasil. Essa rica experiência de vida coletiva, que contém a memória de inúmeras estratégias de sobrevivência, não encontra eco na paisagem oficialmente reconhecida como representativa da industrialização brasileira, isto é, o patrimônio industrial nacional.

Estes elementos permanecem em profunda transformação no mundo contemporâneo, capitaneados por condições de trabalho cada vez mais complexas, flexíveis e precárias, organizadas dentro de uma urbanização desigual, ambientalmente injusta, segregadora e espraiada.

O campo do direito à cidade, como apontado no início deste texto, possibilita uma relação de entendimento da realidade que interroga simultaneamente a produção do espaço, as transformações do mundo do trabalho, da urbanização e da memória. A reivindicação de um valor conflituoso e emancipatório da paisagem torna imperioso um esforço social, político e intelectual versátil e imaginativo que seja capaz de dar conta do que pode ser traduzido como um patrimônio da classe trabalhadora, isto é, uma produção de representações históricas que superem a tradicional constituição de tradições inventadas na busca por um consenso. Mais ainda, a movimentação da própria classe enquanto sujeito histórico é que determinará a importância da incorporação dos elementos que alinhavam a sua memória como uma forma de luta, de consciência e transformação:

A classe trabalhadora, porém, não é definida apenas pela posição em relação aos meios de produção, pois também define a si mesma, na medida em que desenvolve uma consciência de classe e apresenta um potencial de atuação como sujeito de transformação social. (MATTOS, 2019, p.145)

Questões complexas como as novas formas de teletrabalho cuja produção ocorre aparentemente em meios digitais, mas cuja expressão urbana se dá através do uso intensivo de motocicletas e bicicletas por jovens das periferias urbanas, serão provavelmente percebidas de forma mais questionadora pela própria classe caso haja novas invenções de registros históricos dissensuais que operem segundo a ótica do explorado, reconhecendo a construção de novas paisagens referenciadas pela própria classe trabalhadora.

A evidenciação da fragmentação da memória, que também se expressa nas rupturas dos espaços nos quais a classe trabalhadora se sente representada, é um passo fundamental para construir uma busca da totalidade a partir de uma possível não linearidade das representações da classe trabalhadora. A complexidade aparente das relações contemporâneas do mundo trabalho torna-se, portanto, uma expressão atualizada de uma fragmentação anterior, constante e construtora de um viés da classe que é determinado pelas estratégias de sobrevivência e luta, mas cujo apagamento é uma constante.

A percepção de determinadas fugacidades em tempos passados que muitas vezes são considerados relativamente estáveis, onde o centro da produção se mostrava estático na grande fábrica, revela que o olhar analítico tem sido capturado pela centralidade da produção do mesmo modo que o patrimônio industrial em relação aos cascos dos edifícios que restaram. Mas a memória da classe trabalhadora sempre foi complexa, fragmentada, conflituosa, muito mais próxima de uma realidade contemporânea e digital do que efetivamente de uma inexistente trajetória romantizada de linearidade. O mundo do trabalho contemporâneo acelera, mas não altera o sentido da produção de memória de trabalhadoras e trabalhadores. Talvez essa compreensão, que só é possível a partir de sua articulação com o entendimento do espaço urbano, auxilie novas buscas e chaves de entendimento do mundo contemporâneo na direção

de possibilitar novos enfrentamentos para a superação da condição de exploração do trabalho pelo capital.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BUCHANAN, R. A. The origins of industrial archaeology. *In*: COSSONS, Neil. **Perspectives on Industrial Archeology**. Londres: Science Museum, 2000, p. 18-38.
- CARLOS, Claudio A. S. L. Chácara do Algodão – A Permanência da Vila. **Cadernos de Patrimônio Cultural/SMCT**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1992.
- CENTRO perde vila bucólica e ganha prédios modernos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1972, 1<sup>o</sup> Caderno, p. 5.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GELINSKI, Gilmar. Átrio une torres e cria prisma de vidro. **Revista FINESTRA**, v. 79, p. 34-45, mar./abr. 2013.
- GENNARI, Luciana A. Considerações sobre o papel da produção habitacional privada para trabalhadores na estruturação da área urbana do Rio de Janeiro na Primeira República. *In*: FARIA, R. REZENDE, V. (Orgs.). **O Rio de Janeiro e seu desenvolvimento urbano: o papel do setor municipal do urbanismo**. Rio De Janeiro: Letra Capital, 2017.
- FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- OLIVEIRA, Floriano J. G. de. **Bangu – o singular e o plural na organização do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. 225 p.
- OS ÚLTIMOS dias da vida quieta em casas de vila. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1<sup>o</sup> jul. 1973, 1<sup>o</sup> Caderno, p. 20.
- RIBEIRO, Cláudio Rezende; ROCHA, Maria Cristina Simão. Memória e direito à cidade: Políticas urbanas e contemporâneas de Ouro Preto. **Rio de Janeiro**, v. 2, n. 2, p. 180-195, jul./dez. 2016.
- RIX, Michael. Industrial Archaeology. **The Amateur Historian**, Inglaterra, v. 2, n. 8, p. 225-229, 1955.
- RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. **arq.urb**, n. 3, jan./jun. 2010. Disponível em: <[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_03/4arqurb3-marly.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf)>
- VILA Aliança – Memória em Cinco Minutos. Direção: Jeferson Cora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jsuhsgUEvuA>>

Artigo recebido em 10/08/2020 e  
aprovado para publicação em 20/11/2020

